

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.070.015 - DF (2017/0058051-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPITAIS**
ADVOGADOS : **GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO - DF029145**
ADAMIR DE AMORIM FIEL - DF029547
EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR - DF029190
GABRIEL ABBAD SILVEIRA - DF018744
PAULA SANTOS BRUNO - DF051913
LUCAS AUGUSTO DE MELO SANTOS - DF050824
AGRAVADO : **MOEMA MARIA ALMEIDA ANDRADE**
ADVOGADO : **VANESSA ANDRADE CAVALCANTI - DF045660**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por inexistência de violação de lei federal e incidência das Súmulas n. 7 e 211 do STJ (e-STJ fls. 949/950).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 976/977):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ALUGUERES EM ATRASO. REALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS NECESSÁRIAS NO IMÓVEL. INCÊNDIO. DESÍDIA DA LOCADORA. NECESSIDADE DE COMPENSAR OS ALUGUERES EM ATRASO COM AS DESPESAS CUSTEADAS PELO LOCATÁRIO EM RAZÃO DO INCÊNDIO.

1. O artigo 22, inciso IV, Lei 8.245/1991, atribui ao locador a responsabilidade por vícios ou defeitos constituídos no imóvel em data anterior ao início da locação, assim considerados direitos na ação que deram ensejo a incêndio.

2. Constitui obrigação do locador, antes de entregar o imóvel à locação, repor as condições de habitabilidade do imóvel nos termos do artigo 22, parágrafo único, alínea c, da Lei nº 8.245/1991).

3. Nos termos do art. 35 da Lei de Locação "salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção".

4. Apelações parcialmente conhecidas. Negado provimento ao recurso da Autora. Recurso da Ré parcialmente provido. Unânime.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.034/1.044).

No especial (e-STJ fls. 1.046/1.058), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alegou ofensa ao art. 1.045 e 1.046 do CPC/2015, sustentando, em síntese, a incidência do novo Código de Processo Civil.

Apontou afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, por negativa de prestação jurisdicional.

Indicou contrariedade aos arts. 103, 104 e 105 do CPC/1973 e 54, 55, § 3º, 56 e 57 do CPC/2015, afirmando a existência de conexão/continência/litispendência.

Aduziu desrespeito aos arts. 302, III, 315 e 316 do CPC/1973 e 341, III, do CPC/2015, sob o argumento de que não seria cabível pedido indenizatório em contestação.

No agravo (e-STJ fls. 1.094/1.115), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A recorrida não apresentou contraminuta (e-STJ fl. 1.119).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* pronunciou-se, de forma clara e suficiente, sobre as questões suscitadas nos autos. Não há negativa de prestação jurisdicional quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, ainda que em sentido diverso do sustentado pela parte, como de fato ocorreu na hipótese.

A alegação de ofensa aos arts. 1.045 e 1.046 do CPC/2015 não foi suscitada pela parte quando da interposição dos recursos de origem, razão por que o Tribunal de origem não estava obrigado a se manifestar sobre o tema. Com efeito, o argumento não foi analisado na segunda instância. Incidente, portanto, as Súmulas n. 282 e 365 do STF, por falta de prequestionamento.

Quanto aos arts. 103, 104 e 105 do CPC/1973 e 54, 55, § 3º, 56 e 57 do CPC/2015, extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fl. 1.040):

Depreende-se do v. Acórdão o entendimento de que, em que pese a Ação nº 2013.01.1.044023-0 ter as mesmas partes e o mesmo fato gerador (o incêndio no imóvel locado), nesta, diferentemente daquela, a Locatária pleiteia indenização por danos materiais, no valor de R\$ 1.336.926,00 (um milhão e trezentos e trinta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais), e morais, na quantia de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e que aquela não foi extinta, tendo em vista a sentença extintiva ter sido reformada pelo Acórdão nº 904802, afastando-se a prescrição. Assim, não há que se falar em conexão ou continência, até porque a reunião de processos não é mais possível quando um deles já foi julgado.

Para alterar tais fundamentos e reconhecer a caracterização de conexão ou continência entre demandas, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor da Súmula n. 7 do STJ.

Com relação aos arts. 302, III, 315 e 316 do CPC/1973 e 341, III, do CPC/2015, a Corte local consignou que (e-STJ fl. 1.041):

Cumprе ressaltar que o pedido indenizatório tem permissão na Lei do Inquilinato e não exige reconvenção.

Verifica-se que não foi impugnado o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual o art. 35 da Lei n. 8.245/1991 não exigiria reconvenção. Incidente, portanto, a Súmula n. 284 do STF.

Com relação ao dissídio jurisprudencial, importa ressaltar que o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmáticos, de modo a se verificarem as

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados, ônus dos quais a recorrente não se desincumbiu.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator